

A MEDIAÇÃO ENTRE A ECONOMIA E A POLÍTICA NA PRODUÇÃO
TEÓRICA SOBRE O ESTADO CONTEMPORÂNEO LATINO AMERICANA
NO: UM BALANÇO

ARMANDO DE MELO LISBOA (*)

1. INTRODUÇÃO

"La búsqueda de la verdad no es una operación lógica, sino una práctica histórica".

(Norberto Lechner)

Vivemos hoje um momento histórico da sociedade brasileira, o da transformação gradativa do Estado militar que há mais de vinte anos dirigia esta nação, o da transição para formas de governo mais democráticas. Este mesmo momento o vivem também as sociedades argentina e uruguaia, cada qual com suas peculiaridades, sendo, ainda, com grande expectativa que todos acompanham a evolução da crise política e econômica do regime militar de Pinochet.

Sabemos que é crescente a intervenção do Estado em todas as esferas da vida nas sociedades modernas, sendo óbvia a participação do mesmo no processo de valorização do capital e de reprodução das relações sociais capitalistas em geral¹. Constatamos que os limites entre Estado e sociedade são cada vez menos nítidos, que se registra um avanço do Estado sobre o espaço social do privado, que o Estado penetra e se funde na sociedade, tornando-se parte constitutiva da mesma. Aqui na América Latina foi com muito sofrimento dos nossos povos que vimos surgir recentemente um Estado autoritário que penetrava inclusive no cotidiano de cada um, inspirando medo e terror².

Neste cenário, é de fundamental importância compreender a problemática da possibilidade e da fragilidade da democracia nos

(*) Professor do Departamento de Economia da UFSC
(Artigo escrito em janeiro de 1985)

TEXTOS ECON.	FPOLIS	SC	N.2	Pg.59-75	JUNHO	1987
--------------	--------	----	-----	----------	-------	------

países capitalistas tardiamente industrializados e de estrutura produtiva altamente transnacionalizada. É fundamental compreender a questão do estado na sociedade capitalista periférica da América Latina.

Escreveu-se muito nos últimos anos sobre a nova forma de autoritarismo surgida na América Latina, produzindo-se uma grande confusão conceitual na procura de sua caracterização e explicação: "Novo Autoritarismo", "Corporativismo Autoritário", "Burocrático - Autoritário", "Fascista Dependente", "Tendente ao Fascismo", "Ditadura", "Estatismo Orgânico", "Autoritário-Modernizante", "Estado de Segurança Nacional", etc. Apesar disto, o fecundo debate sobre o "Estado-Burocrático", sobre o caráter "Fascista" destes "novos regimes autoritários", e sobre o processo de transição destes regimes para a democracia, tem provocado um avanço no conhecimento das transformações que sofreu o Estado em alguns países da América Latina. Porém, são ainda muitas as dificuldades e interrogações, principalmente na explicação das "óbvias" relações entre a economia e a política.

Como explicar o recente "Estado Militar" na América Latina? Simplesmente associando-o às necessidades da atual etapa da acumulação capitalista, afirmando que este "Estado de exceção permanente" é a forma necessária e possível para o capitalismo subdesenvolvido da América Latina?

Qual a relação entre a transnacionalização da economia e os recentes regimes militares da América Latina?

Existe compatibilidade entre democracia e o padrão de desenvolvimento capitalista na América Latina?

Como se dá a participação do Estado no desenvolvimento econômico da América Latina?

Sabemos das dificuldades que derivam do fato de se colocar o Estado como objeto de estudos, uma vez que o tema é de complexidade crescente³ e o debate sobre o mesmo uma verdadeira "Torre de Babel". Porém, apesar ainda das nossas limitações entendemos que a discussão destas questões é essencial para as nossas respostas ao autoritarismo de nossas sociedades, para a luta do movimento popular pela construção da democracia e do socialismo em nosso sub-continente. Concordamos com Cardoso na afirmação de que a discussão teórica-metodológica visa construir os conceitos e procedimentos

cessários para resolver os problemas que a prática social propõe como desafio⁴.

Num contexto de aumento da burocratização da sociedade e do Estado, não é outra a nossa intenção senão a de contribuir para a construção de um poder e de um aparato público ativamente permeado pela presença e participação da população, para a construção de uma administração pública eficaz, que seja suporte do processo de democratização de nossa sociedade.

2. A CRISE DO PARADIGMA MARXISTA

"Hay que concebir al socialismo como el resultado de la lucha del movimiento popular por la profundización de la democracia, más que como resultado de un asalto del poder".

(Tomas Moulian)

O recente Estado autoritário na América Latina⁵, em particular no cone sul deste sub-continente, suscitou uma abundante e controvertida literatura que se interroga quanto à origem, à lógica interna e à evolução do Estado capitalista Latino-Americano, fazendo com que a análise do Estado passe a estar em primeiro plano no estudo sobre a realidade da América Latina.

A polêmica se inicia com os trabalhos de F.H. Cardoso e G. O'Donnell⁶ sobre as novas formas de Estado, em particular sobre sua caracterização como "burocrático-autoritário"⁷, e segue com a discussão quanto ao caráter "fascista"⁸ dos "novos regimes militares". Atualmente discute-se principalmente sobre o sentido da prática política na A.L.⁹ e sobre a transição destes "regimes autoritários" para a democracia¹⁰. Vem surgindo, assim uma nova teoria política no continente, a qual também se nutre do debate europeu e norte-americano sobre o Estado capitalista¹¹.

Ao fazer um balanço sobre as investigações a respeito do Estado e da política na América Latina, Lechner observou "uma significativa mudança na perspectiva de análise que corresponde a um deslocamento dos objetivos políticos. Se a problemática da revolu-

ção foi o foco iluminador das sociedades Latino-Americanas na década de sessenta (digamos desde a vitória da revolução cubana em 1959 até a derrubada de Allende em 1973), o leitmotiv do atual período é a democracia"¹².

Esta experiência cotidiana do autoritarismo vivido em nosso sub-continente está fazendo o movimento popular descobrir que a democracia é algo essencial, e não de valor relativo¹³; está colocando a questão da democracia como tema central nas ciências sociais desta região¹⁴, na medida em que a luta contra o autoritarismo torna-se a luta por uma ordem social alternativa, democrática. Francisco Weffort, conhecido cientista social e secretário geral do Partido dos Trabalhadores, ao defender em julho de 1984 seu trabalho escrito intitulado "Por Que Democracia?" em concurso para professor titular de Ciências Políticas na USP, e num livro recém publicado com este mesmo título, afirmou que "o sentido da revolução no Brasil será o de criar a democracia"¹⁵.

Esta afirmação dos valores democráticos vem colocando em cheque a prática das esquerdas (que se situam no marco das estratégias leninistas de assalto ao poder) e o próprio marxismo, uma vez que o mesmo concebe o regime político democrático como simples ditadura da burguesia, como a forma, por excelência, da dominação burguesa¹⁶, pretendendo, ainda, fazer um uso meramente instrumental da democracia (a classe operária utilizar-se-ia da mesma para sua organização e ação política, esperando o momento oportuno para abolir esta mesma democracia e instaurar a ditadura do proletariado).¹⁷

Esta crise do marxismo¹⁸, no pano de fundo da crise da sociiedade e de todos os paradigmas do pensamento político, revelatam bém o questionamento do socialismo real, além dos postulados clássicos da prática política revolucionária.

Não é nosso objetivo desenvolver aqui a crítica do centralismo burocrático, do autoritarismo e dogmatismo presentes no socialismo existente e em determinadas organizações da esquerda "tradicional"¹⁹, mas sim a crítica à metodologia de análise marxista do Estado na sociedade capitalista periférica. Porém, temos que compreender esta análise dentro da estratégia e da prática política revolucionária na América Latina, da qual ela não se separa.

A esquerda latino-americana, que especialmente desde os

anos sessenta sob a influência da revolução cubana, não colocara no centro do seu interesse a questão democrática, trabalhando com uma prática vanguardista e autoritária, reduziu a discussão sobre a de mocracia ao plano político, especificamente ao nível do Estado, de ntro de uma estratégia militarista de tomada de poder. Daí o taticis mo e oportunismo de sua utilização.

A irrupção de novos sujeitos sociais no cenário político que se observa desde o final da década de sessenta (a explosão do movimento estudantil a partir de maio/68, os movimentos feministas, raciais, dos sem terra, dos moradores das periferias urbanas, hippie e de contra-cultura, ecológico, pacifista, as comunidades ecle siais de base na A.L.)²⁰ vem colocando em gestação uma nova com preensão da prática política. Neste sentido, "a discussão dos movi mentos sociais implica uma reavaliação do modelo partidário de he rança leninista fundado na afirmação marxista de que as classes so ciais são o instrumento ou o suporte no qual se encarna a ação das forças produtivas"²¹.

"Não é difícil entender que se o eixo principal do edifí cio político marxista (a teoria da revolução proletária) gira em falso, as contribuições clássicas marxistas e leninistas sobre o Estado e as análises sobre o papel dos partidos de classe e revolu cionários requerem remendos de urgência.

E não tem sido outro o esforço dos teóricos contemporâneos, seja ressuscitando a Gramsci ou bem desviando-se de suas próprias colocações iniciais, como fizeram Althusser e Poulantzas".²²

Assim, o movimento popular, na luta por uma sociedade de mocrática e socialista, vem redefinindo suas relações com o marxis mo, o qual passa a ser considerado "como um antecedente, ou como um fator inspirador de valores igualitários, porém não como um pa radigma que governe a ação"²³.

Neste contexto de crise do pensamento social, constata-se cada vez mais a insuficiência dos instrumentos conceituais existen tes para a explicação da sociedade, do fenômeno estatal e da polí tica nos países capitalistas de industrialização tardia e dependen tes.²⁴

O referencial teórico marxista, em geral elaborado para a explicação do capitalismo avançado, não é totalmente adequado pa ra a análise do capitalismo periférico. Por exemplo: enquanto que

nos países capitalistas desenvolvidos o Estado democrático-parlamentar é a forma normal do Estado burguês moderno, na periferia capitalista, em particular na América Latina, a situação se inverte pois o que predomina não é a institucionalidade democrático-liberal senão a instabilidade política, que impõe periodicamente a presença ditatorial. Se Marx tivesse vivido na América Latina "teria dito, certamente, que a ditadura é a forma, por excelência, da dominação burguesa. E talvez dissesse também que a democracia é a forma, por excelência, da rebeldia popular".²⁵

Os problemas teóricos não superados são vários:

- . Como explicar a pluralidade das formas de Estado existentes hoje na A. L. dentro de uma mesmo padrão de acumulação capitalista?
- . O que é o Estado na A.L.?
- . Que fatores ocasionam a instabilidade política na A.L.?
- . O desenvolvimento do capitalismo transnacionalizado é compatível com regimes democráticos na A.L.?
- . São os "regimes autoritários" situações contrarrevolucionárias e transitórias, ou são característica definitória da dominação política na A.L.?

No fundo destas questões há uma problemática comum: A mediação entre a economia e a política. Discutir as relações entre a economia e a política significa encarar a autonomia do Estado como um problema, e não como um ponto de partida. Significa colocar em questão os princípios básicos do pensamento marxista:

- . É o econômico o determinante em última instância, e as demais determinações apenas sobre determinações relativamente autônomas?
- . É a economia separada do político? Existem leis diferentes para o funcionamento do econômico e do político? Qual a especificidade de economia e da política? Quais os seus estatutos teóricos?
- . A clássica distinção entre o econômico, o político e o ideológico, entre base e superestrutura, serve como marco adequado de análise do Estado e da sociedade na A.L., de forma a contribuir no processo de democratização

ção de nossas sociedades?

- . É a crescente estatização da economia uma resposta à lei da tendência decrescente da taxa de lucro?

Estas questões não são superadas afirmando que existe uma interação dialética entre a economia e a superestrutura, o que é, muitas vezes, uma solução mágica que esconde a afirmação da sobre-determinação do econômico.

3. O OBSTÁCULO REDUCIONISTA

"Revolução não é a simples substituição de homens no poder, mas sim a criação de novas relações sociais."

(Maurício Tragtemberg)

A discussão contemporânea sobre o Estado capitalista vem encontrando, portanto, dificuldades teóricas e metodológicas na explicação da realidade e orientação da prática política.

Especificamente é o obstáculo do reducionismo,²⁶ seja em suas variantes economicista, politicista ou classista, que impede o marxismo de compreender o conceito de democracia e de relacioná-lo corretamente com o socialismo, sendo "uma das fontes que alimentam as posições políticas ultraesquerdistas"²⁷

Reconhecemos que, no trabalho intelectual as reduções explicativas são legítimas e indispensáveis, sem o que não poderia haver processo de conhecimento. "Distinto é o caso do reducionismo, isto é, de uma redução que se tornou prejulgamento. Aqui, aquilo que devia ser o resultado da investigação aparece como ponto de partida, apriorístico e universal. Sem dúvida, não há raciocínio sem premissas; mas o problema do reducionismo é que as suas presumem demais: ou já contém a conclusão ou, simplesmente, não deixam "ver" o objeto que cuidam explicar".²⁸

"Aceitar o núcleo central da noção marxista de Estado, cujo princípio de articulação é conceber o poder como dominação, não implica aceitar os reducionismos que a partir dela se tem constituído e cuja utilização acrítica obscurece a análise concreta da democracia no capitalismo".²⁹

Em sua variante economicista, ainda que considerando uma

certa "autonomia relativa" da atividade estatal, esta é analisada a partir e em função da economia, e o Estado se torna um ator que cumpre papéis já determinados na acumulação capitalista. Ora, temos hoje na América Latina regimes democrático-burgueses, autoritários, oligárquicos, populistas. Como explicar esta pluralidade dentro de uma mesma forma de acumulação, a transnacionalização da produção e dos mercados,³⁰ com uma análise economicista e mecânica? Questionamos a famosa "determinação em última instância" da economia, "determinação que nunca parece atuar ou que, se atua, não se sabe como nem quando o faz".³¹

É preciso deixar claro que, ao colocarmos em questão o postulado do primado do econômico, não significa que desconsideremos a importância da forma com a qual o homem organiza a produção dos bens na explicação da sociedade e da história. Porém, "uma coisa é reconhecer a importância fundamental do ensino de Marx, no que concerne à relação profunda que une a produção e o resto da vida de uma sociedade. Ninguém, depois de Marx, pode pensar a história "esquecendo" que toda sociedade deve assegurar a produção das condições materiais de sua vida, e que todos os aspectos da vida social estão profundamente ligados ao trabalho, ao modo de organização desta produção e à divisão social que lhe corresponde.

Outra coisa é reduzir a produção, a atividade humana mediatizada por instrumentos e objetos, o trabalho, às "forças produtivas" ou seja, a técnica, atribuir-lhe um desenvolvimento "em última análise" autônomo e construir uma mecânica dos sistemas sociais, baseada numa oposição eterna, e eternamente a mesma, entre uma técnica ou forças produtivas que possuiriam uma atividade própria, e o resto das relações sociais e da vida humana, a "superestrutura", dotada arbitrariamente de uma passividade e de uma inércia essencial".³²

A outra face do economicismo é a análise instrumentalista do Estado, a qual identifica o mesmo com a vontade da classe dominante, reduzindo-o à pura força de repressão, deixando de lado o papel do consentimento-articulado à coerção-no processo de dominação.

Aceitar esta visão é simplificar drasticamente a complexidade das sociedades modernas, onde o papel do consenso no processo

de dominação se apresenta de forma acentuada. É esta visão instrumentalista que está por trás das estratégias de tomada do poder, pois aceita-se aqui o Estado como veículo a-histórico do poder, suscetível de ser manipulado pela classe que controla o aparelho estatal. É esta visão que gerou a lamentável noção de Aparelhos Ideológicos do Estado,³³ a qual impede a compreensão da dialeticidade do mundo real.

Gramsci³⁴ chamou a atenção para a necessidade de se conquistar a hegemonia para uma mudança social, criticando o simplismo das estratégias de assalto. É nessa perspectiva gramsciana que boa parte da produção marxista contemporânea caminha,³⁵ buscando superar o obstáculo do economicismo, obstáculo este que impediu por muito tempo o desenvolvimento de um estudo específico do Estado dentro do campo do marxismo,³⁶ o qual, após as clássicas contribuições de Lenin e Gramsci, só renasceu nos últimos 15 anos.

Há que se descartar também do reducionismo classista, com seqüência necessária do economicismo³⁷, que a tudo analisa pelo ângulo da luta de classes, que reduz todas as formas político-ideológicas a posições de determinada natureza de classe, que afirma a essência classista de todos os agentes sociais, que reduz, enfim, todas as contradições a uma contradição de classe. Nesta perspectiva, fica-se cego para o valor dos novos movimentos sociais no processo de construção do socialismo³⁸. Nesta perspectiva os valores democráticos que surgiram com o advento do capitalismo só podem ser instrínseca e necessariamente burgueses. Chega de análises a-históricas! Ora, a democracia não é nenhuma dádiva burguesa, mas sim fruto da luta social, é conquista do movimento operário, o qual arranca o sufrágio universal, as liberdades de associação dos trabalhadores e outros direitos democráticos do capitalismo liberal. "A democracia têm sido e é luta do movimento popular por ser sujeito da história, por constituir-se como força social capaz de construir sua ordem social e política".³⁹

"A análise de classes é um método que decompõe a sociedade de nos seus vetores básicos, para compreender melhor sua dinâmica. Mas é um momento, que requer a recomposição posterior da totalidade social, agora já não como um concreto imediato, mas como síntese de todas as determinações que produzem cada fenômeno. Um classismo

reducionista não consegue incorporar categorias como nação, povo e democracia [e, também, religião], permanecendo num ponto de vista crítico, impotente para servir de instrumento à organização de uma hegemonia na sociedade, construída em torno dos trabalhadores e do povo".40

Discutir a questão do Estado é discutir sobre a própria natureza do poder e da política. Aqui ocorre outra trágica consequência do economicismo, a negação da política, a qual por muito tempo foi considerada pelas esquerdas (e ainda é em muitos setores) como simples tática, como técnica revolucionária ("arte" de agitação), como aquilo que se faz para conquistar o poder. Ocorre aqui uma dupla redução: reduz-se a política ao espaço do poder, e o poder ao poder do Estado.41

Entendemos que o poder não está concentrado apenas num determinado ponto (o Estado), mas presente em todo tecido social, em todas as relações que as pessoas estabelecem entre si. Para transformar profunda e radicalmente a sociedade é necessário construir o poder, antes de tomá-lo.42 Construí-lo a partir das bases da sociedade, do cotidiano da população, desenvolvendo em cada local um poder alternativo que se apoie na luta e na organização autônoma dos trabalhadores, que altere molecularmente as relações de poder da comunidade, num processo de acumulação de forças em direção ao poder popular.

Entendemos que não é mais possível limitar ao Estado a questão do poder pois "o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa".43 É preciso entender que o poder é "uma prática social constituída historicamente",44 que "o poder não é um objeto, uma coisa, mas uma relação"45. Os governantes, portanto, não fazem o que querem mas o que podem, isto é, o que os dominados deixam. Isto implica na valorização do concreto-imediato, em ligar a mudança que representa as eleições diretas para presidente com a mudança da minha cabeça e de minha prática, em entender que não basta lutar para redemocratizar o Estado ou pelo poder popular, mas é necessário lutar conjuntamente e modificar as relações no local de trabalho, na sala de aula (professor-aluno), companheiro - companheira, enfim, a

Não se trata de saltar do reducionismo economicista ou classista para sua variante politicista, a afirmar seja o primado da política, seja a autonomia absoluta do político. Há que entender a realidade como uma totalidade composta de diferentes níveis e momentos com especificidades próprias e que se interrelacionam, os quais, porém, só podem ser compreendidos dentro do movimento de reprodução desta totalidade por ela mesma. "Há que conceber o socialismo como o resultado da luta do movimento popular pelo aprofundamento da democracia, mais que como resultado de um assalto ao poder".⁴⁶

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

1. No Brasil, nove, entre as dez maiores empresas, são controladas pelo setor público - a outra é multinacional. Conf. " As 500 maiores empresas do Brasil". Suplemento especial de Conjuntura Econômica. FGV, set/82.
2. Sobre esta situação, ver Barraza, Ximena, "Notas sobre a vida cotidiana numa ordem autoritária" em América Latina: novas estratégias de dominação, São Paulo, Vozes : CEDEC, 1980.
3. Na International Encyclopedia of the Social Sciences(1968) o artigo sobre o Estado remete a 45 outros artigos. Citado por Graciarena, Jorge, "El Estado Latino Americano em Perspectiva". Coloquio em Segóvia (fevereiro de 1984). Pensamento Iberoamericano. Revista de Economía Política, nº 5, jan-junio/1984, p.40.
4. Conf. Cardoso, F.H., O Modelo Político Brasileiro, DIFEL,1979 (4ª ed.), p.2.
5. Para uma introdução ao debate sobre o Estado militar na A. L. ver: ILDIS, El Control Político en el Cono Sur. México, Siglo XXI, 1978; Collier, D., O Novo Autoritarismo na América Latina. RJ, Paz e Terra, 1982; Garreton, M., "Em torno da discussão sobre os novos regimes autoritários na América Latina".

Dados - Revistas de Ciências Sociais, vol. 25, nº 2, 1982. Uma excelente introdução histórica sobre o poder militar na A.L. é feita por Rouquié, A., O Estado Militar na América Latina. SP, Alfa-Omega, 1984.

Cardoso, F.H., Estado y Sociedad en América Latina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1972; O'Donnell, G., Modernización y Autoritarismo. Buenos Aires, Paidós, 1972. Uma introdução ao conjunto do debate sobre o Estado na A.L. é encontrada em Graciarena y Franco, Formaciones Sociales y Estructuras de Poder en América Latina. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1981.

Uma introdução ao debate sobre o Estado Burocrático - Autoritário é encontrada em Collier, D., ob. cit. Uma negação da noção de autoritarismo para a caracterização do Estado na A.L. é feita por Fernandes, F., Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo". SP, Hucitec, 1979.

Um excelente e atual panorama sobre este debate é feito por Trindade, Héglio, "A questão do fascismo na América Latina". Dados - Revista de Ciências Sociais. vol 26, nº 1, 1983.

Este tema é abordado na recente coletânea organizada por Lechner, N., O Que Significa Hacer Política? Lima, Desco, 1982.

Uma recente intervenção neste debate é feita por Viola, E. e Mainwaring, S., "Transitions to Democracy: Brazil and Argentina in the 1980s". Working Paper, 21 (july 1984), Kellogg Institute.

Para um panorama desta discussão ver: Gold, Lo e Wright, "Recientes desarrollos en la teoría marxista del Estado capitalista", em El Estado en el Capitalismo Contemporáneo. (org: Sonntag e Valecillos). México, Siglo XXI, 1977 (2ª ed. 1979); Moyano y Rojas (org.), Crisis Permanente del Estado Capitalista. Bogota, Sociedad de Ediciones Internacionales, 1980 [cit. por N. Lechner]; Casar, M., "En torno al debate marxista sobre el Estado". Revista Mexicana de Sociología, 4/82.

12. Lechner, N., "Presentación". Estado y Política en América Latina (org.: N. Lechner). México, Siglo XXI, 1981, p. 20.

13. Ver o Seminário sobre "Democracia y Movimiento Popular" Organizado por DESCO - Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo - em novembro de 1980 e publicado na excelente obra América Latina 80: Democracia y Movimiento Popular. Lima, Desco, 1981.
14. Conf. Weffort, F. et al., "A Democracia é Possível? - um debate". Revista de Cultura e Política, nº 2, 1980; Wolfe, A. et al., A questão da Democracia. SP - RJ, CEDEC - Paz e Terra, 1980; Chauí, M., Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas. SP, Moderna, 1981; Coutinho, C.N., A Democracia como Valor Universal. RJ., Salamandra, 1984 (2ª ed.).
15. Weffort, F., Por que Democracia? SP, Brasiliense, 1984, p. 118. Este concurso foi noticiado na Folha de São Paulo, 01.08.84.
16. Weffort, ob. cit., p. 37. Uma excelente discussão sobre pensamento marxiano e a democracia é feita por Chauí, M., "Marx e a Democracia". Por que Marx? (org.: L. Konder, G. Cerqueira Fº, E. Figueiredo). RJ, Graal, 1983.
17. O problema da expressão "Ditadura do Proletariado" (sem desconsiderar a discussão sobre o seu original significado e as distorções ocorridas) é que esta afirmação hoje está indissociada de uma prática autoritária e violenta das esquerdas, servindo para legitimar e justificar a centralização do poder e a ausência de liberdades políticas do socialismo real.
18. Constatação feita, entre várias obras, no excelente e atual trabalho de Laclau, E., "Teorias Marxistas del Estado: Debates y Perspectivas". Estado y Política..., ob. cit., p.59, donde transcrevemos: "(...) a teoria marxista está atualmente em crise. Esta afirmação tem passado a ser, de mais em mais, um lugar comum. Do que antecede se desprende com claridade em que consiste esta crise: em que hoje advertimos que a historicidade do todo social é mais profunda que aquilo que nossos instrumentos teóricos nos permitem pensar e nossas estratégias políticas orientar. Dissolvido o velho modelo base/superestrutura, nos encontramos com que não contamos nem com uma teoria das articulações e das lógicas sociais, nem como uma teoria da produção de sujeitos, nem com uma idéia clara do que está contido nas idéias de contradição e antagonismo. A situação, sem

embargo, está longe de ser desesperadora, já que sabemos em que direção devemos nos mover para ultrapassar a crise e quais são os instrumentos teóricos indispensáveis para tomar esta direção. O objetivo é reformular a teoria do Estado em termos que, uma vez dêem uma nova contralidade ao conceito de hegemonia, rompam ainda mais radicalmente com os restos da lógica essencialista e economicista e captem em toda sua especificidade e profundidade as diversas formas de articulação hegemônica. Apenas assim será possível fundar teoricamente o projeto estratégico de uma nova forma de política". Mayorga, R., em seu texto "Problemas Metodológicos de la Dialéctica y del Análisis Marxista del Estado Capitalista" (Revista Mexicana de Sociología, 4/79, p. 1389), afirma" (...) a existência de uma situação de crise prolongada do marxismo como movimento político e como teoria. Praticamente desde a queda da Segunda Internacional, que pôs a nús limites e deficiências de uma vertente objetivista da teoria, e desde o processo de dogmatização e ideologização do marxismo na ortodoxia soviética, começa a perfilar-se uma consciência marxista da crise (...) é evidente que Korsch ou Lukacs na década de 20, os ensaios de Horkheimer, Adorno e Marcuse nas décadas de 30 e 40, a "crítica da razão dialética" de Sartre, os ensaios de Merleau-Ponty e os trabalhos dos filósofos marxistas iugoslavos e polacos, em suma, todo o marxismo crítico "pós-revolucionário" respondiam com distintos ênfases e vigor a crise do marxismo". Uma ampla negação da crise do marxismo, a qual estaria restrita à Europa Latina, é feita por Anderson, P., A Crise da Crise do Marxismo. Introdução a um Debate Contemporâneo. SP, Brasiliense, 1984.

19. Uma excelente discussão sobre o socialismo real é feita por Bahro, R., A Alternativa: Para uma Crítica do Socialismo Real. RJ, Paz e Terra, 1980. Uma análise atual das esquerdas é feita por Chauí, "Nota sobre a crise das esquerdas". Mimeo, SP, 1983; e também nas clássicas "11 teses sobre autonomia", 1980. O debate sobre o modelo leninista encontra-se na revista "Desvios" e na "Revista de Teoria Política".
20. Uma atual discussão sobre os movimentos sociais é feita por Scherer-Warren, I., Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, UFSC, 1984.

21. Chauf, M., Cultura e Democracia, p. 124
22. Cardoso, F.H., "Régimen Político Y Cambio Social". Estado Y Política ..., p.279.
23. Landi, O., "Sobre Lenguajes, Identidades Y Ciudadanías Políticas." Estado Y Política ..., p. 197
24. Insuficiência constatada por, entre outros estudos, Riz, L., "Algunos Problemas Teórico-Metodológicos en el Analisis Socio lógico Y Político de América Latina" Para Entender América Latina (com.; I. Garcia). Perú, Tarea, 1979, p. 407; Lechner, N., ob. cit., p.8.
25. Weffort, F., ob cit., p. 39.
26. Conf. Laclau, E., "Democracia e Luta Socialista na América Latina". A Questão da Democracia, ob. cit., p. 137.
27. Viola, E., A Problemática do Estado e do Regime Político. Um Ensaio desde a ótica da Democracia Política. Florianópolis, UFSC. 1980 (Cadernos de Ciências Sociais), p.77.
28. Nun, J., "O Outro Reduccionismo". Marx, Hoje. (org. J. Chasin). SP, Escrita, 1983, p. 231.
29. Moulian, T., "Crítica a la Crítica Marxista de las Democracias Burguesas". América Latina 80, ob. cit., p. 50.
30. Uma revisão bibliográfica sobre Estado e Transnacionalização é realizada por Souza, H., "América Latina: A internacionalização do capital e o Estado na obra de autores contemporâneos". Maira, L. et al., América Latina: Novas Estratégias de Dominação. RJ - SP, Cedec - Vozes, 1980.
31. Casar, M., "En torno al debate marxista sobre el Estado". Revista Mexicana de Sociologia, 4/82, p. 1191.
32. Castoriadis, C., A Instituição Imaginária da Sociedade. RJ, Paz e Terra, p.30.
33. Ver a clássica exposição deste conceito por Althusser, L., "A pares de Ideológicos de Estado". Posições - 2. RJ. Graal,

1980. Para uma crítica ver Laclau, E., Política e Ideologia na Teoria Marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo. RJ, Paz e Terra, 1978, p.73.
34. Para uma introdução a Gramsci ver: Gramsci, A., Obras Escolhidas. SP, Martins Fontes, 1978; Gruppi, L., O Conceito de Hegemonia em Gramsci. RJ, Graal, 1978; Coutinho, C., Gramsci. Porto Alegre, L e PM. 1981.
35. Joachim Hirsch, por exemplo, afirma, citando a Gramsci, que o Estado é "o complexo global de atividade prática e teórica pelo qual a classe dominante não apenas justifica e mantém sua dominação, mas consegue preservar o consenso ativo daqueles que são governados". Hirsch, J., "Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise". O Estado em Crise. (org.: N. Poulantzas). RJ, Graal, 1977, p. 86.
36. Conf. Poulantzas, N., "Nota de Pesquisa sobre o Estado e a Sociedade". Economia e Desenvolvimento, Nº 3, 1982, p.6.
37. "O reducionismo classista funcionava em torno das relações de produção e da prioridade de "facto" da luta econômica (...) [pois] a mecânica da acumulação capitalista conduziria à proletarização dos setores médios e do campesinato, de modo que, ao defender seus próprios interesses de classe, a classe operária terminaria por defender os interesses do conjunto da sociedade". Laclau, E., ob. cit., p. 132.
38. De acordo com a concepção marxista leninista tradicional, que afirma o papel da vanguarda iluminada que detêm o saber necessário para dirigir o processo revolucionário, "aos movimentos sociais caberia, na melhor das hipóteses, o papel de "Movimento de Massa", supostamente pouco estruturados, devendo integrar-se às organizações de trabalhadores, como o movimento social do proletariado; ou ainda, teriam a função de fronts políticos especiais, destinados a subordinar-se à liderança do partido, único organismo autorizado a "fazer política". Evers, T., "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". No vos Estudos Cebrap, vol. 2, nº 4, 1984, p.12.
39. Garcia, H.P. "La Democracia como Processo de Autodeterminacion

de Los Pueblos Latinoamericanos". América Latina 80, ob. cit., p. 13. Marilena Chauí, na "Apresentação" ao livro de C.Lefort, A Invenção Democrática. Os Limites da Dominação Totalitária, (SP, Brasiliense, 1983) afirma que "A democracia não é algo que foi inventado certa vez. É reinvenção contínua da política. (...) Descoberta e criação dos direitos, invenção contínua do social e do político através das divisões e dos conflitos, a democracia não pode, escreve Lefort, ser considerada uma criação burguesa, pois, muito pelo contrário, nascida da luta de classes, dos movimentos populares e operários, sempre foi considerada pela burguesia um escândalo e "um perigo maior do que o socialismo". Ob. cit., p.7 e 12.

40. Sader, Emir, "Quem tem Medo do Nacionalismo?". Folha de São Paulo, 06.02.84, p.3.
41. "Se a democracia é apenas um meio para o poder, a política perde o sentido do direito e da legitimidade. Institui-se a prática da usurpação como norma". Weffort, F., ob. cit., p. 40.
42. Nesta perspectiva ver o documento "Teses para a Atuação do PT" (em especial item 6 das teses políticas, intitulado "Poder e Governo: A Proposta do PT") aprovado na Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Bernardo do Campo, 7 e 8 de abril de 1984.
43. Machado, R., "Por Uma Genealogia do Poder" (Introdução à Michel Foucault). Foucault, M., Microfísica do Poder. (org: Roberto Machado). RJ, Graal, 1979, p. XV.
44. Ibid., p. XII.
45. Ibid., p. XVI.
46. Moulhan, T., ob. cit., p. 56.